



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 07/2025

AUTOR: Governador do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Institui o Programa Carteira Nacional de Habilitação – CNH Cidadã e dá outras providências.

RELATOR: Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 07/2025, que “Institui o Programa Carteira Nacional de Habilitação – CNH Cidadã e dá outras providências”.

Aduz o Autor que o programa destina-se à concessão de benefício a candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, por meio da gratuidade integral dos serviços e procedimentos que integram o processo de habilitação, incluindo exames de aptidão física, mental e psicológica, cursos teórico-técnicos e práticos, provas teóricas e práticas, além dos encargos legalmente previstos, cuja isenção específica está disciplinada na presente proposição.

Argumenta, ainda, que a proposta guarda consonância com o inciso VII do art. 2º da Constituição do Estado, que orienta a atuação estatal para a promoção do desenvolvimento mediante políticas que estimulem a livre iniciativa e a justiça social, bem como com o art. 74 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), que reconhece a educação para o trânsito como direito coletivo, viabilizado por programas de formação de condutores.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.



Sob o ponto de vista legal e constitucional, não vislumbro óbice à aprovação da propositura, uma vez que não há vícios de iniciativa, bem como inconstitucionalidade material de qualquer natureza.

Também não há reparos a fazer quanto à juridicidade, bem como quanto à técnica legislativa.

Ante o exposto, por atender os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimental, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 07/2025**, na forma original.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2025.


Deputado **VALDEMAR JUNIOR**
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Concedo Vistas em Conjunto aos Senhores Deputado(s)
PROF. JUNIOR SED e DANYNIA NETO referente
ao(a) ALB nº 07/2025 pelo prazo regimental
dehoras, em cumprimento ao disposto no Art.74 do
Regimento Interno desta casa de Leis, na Reunião da **Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.**

Sala das Comissões, às 11 hs: 30 min, de 24 de junho de 2025.


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.




ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

Encaminho ao Gabinete dos Senhores Deputados, **Prof. Júnior Geo e Dep. Olyntho Neto** (o/a) PLG nº 07/2025, Concedido Vistas em conjunto na Reunião EXTRAORDINÁRIA da **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2025


RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES
Coordenador de Assistência às Comissões

Quem recebeu

Marco Fernando Serri

Data Recebimento

26 / 04 / 25 14:14




**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Informo que o Senhor Deputado **Professor Junior Geo**, devolveu sem parecer de Vistas, o PLG nº 07/2025, concedido na Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, realizada no dia 24 de junho de 2025.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2025.


Deputado **Valdemar Júnior**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) VALDEMAR JÚNIOR, referente ao(a) PL nº 07 / 2025

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO e CONTROLE.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2025

Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

| | |
|-----------------------------|---------------------------|
| Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x) | Dep. JORGE FREDERICO () |
| Dep. LEO BARBOSA (+) | Dep. OLYNTHO NETO (+) |
| Dep. CLAUDIA LELIS () | Dep. PROF. JÚNIOR GEO (+) |
| Dep. GUTIERRES TORQUATO () | Dep. GIPÃO (+) |
| Dep. MOISEMAR MARINHO () | Dep. MARCUS MARCELO (+) |




**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**



DESPACHO

Nomeio Relator o Senhor Deputado, Luciano Oliveira
referente ao(a) PLG n.º 07 / 2025 na Comissão de Finanças,
Tributação, Fiscalização e Controle.

Sala das Comissões, 20 de Junho de 2025.


Deputado **EDUARDO FORTES**
Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e
Controle.



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 07/2025

AUTOR: Governador do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Institui o Programa Carteira Nacional de Habilitação – CNH Cidadã e dá outras providências.

RELATOR: Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARECER

O Chefe do Poder Executivo encaminhou para esta Casa de Leis, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 07/2025, que “Institui o Programa Carteira Nacional de Habilitação – CNH Cidadã e dá outras providências”.

Aduz o Autor que o programa destina-se à concessão de benefício a candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, por meio da gratuidade integral dos serviços e procedimentos que integram o processo de habilitação, incluindo exames de aptidão física, mental e psicológica, cursos teórico-técnicos e práticos, provas teóricas e práticas, além dos encargos legalmente previstos, cuja isenção específica está disciplinada na presente proposição.

Argumenta, ainda, que a proposta guarda consonância com o inciso VII do art. 2º da Constituição do Estado, que orienta a atuação estatal para a promoção do desenvolvimento mediante políticas que estimulem a livre iniciativa e a justiça social, bem como com o art. 74 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), que reconhece a educação para o trânsito como direito coletivo, viabilizado por programas de formação de condutores.

A presente propositura foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação que concluiu que a matéria se encontra de ordem constitucional, legal e à técnica legislativa, e foi aprovada na forma apresentada.

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Assim vem a esta Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, a qual cabe analisar quanto aos seus aspectos orçamentários e financeiros.

Ao analisar a proposição conclui que se encontra de acordo com a ordem as normas orçamentárias e financeiras vigentes, não encontrando nenhum óbice a sua aprovação.

Ante o exposto, e estando conforme as normas orçamentárias e financeiras, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 07/2025**, na forma original.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Luciano Oliveira.

Deputado LUCIANO OLIVEIRA
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, aprovou o Parecer do Relator Deputado.....LUCIANO OLIVEIRA.....
referente ao(a), PR...../.....07...../.....2025.....

Obs.....

Encaminhe-se (a) ao COMISSÃO ADM, TRIBUTAÇÃO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2025.

Deputado **EDUARDO FORTES**

Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFETIVOS

| | |
|--------------------------|-----------------------------|
| Dep. OLYNTHO NETO () | Dep. NILTON FRANCO () |
| Dep. VALDEMAR JÚNIOR (✓) | Dep. LEO BARBOSA () |
| Dep. EDUARDO MANTOAN () | Dep. PROF. JÚNIOR GEO (✓) |
| Dep. EDUARDO FORTES (✓) | Dep. GUTIERRES TORQUATO () |
| Dep. GIPÃO (✓) | Dep. LUCIANO OLIVEIRA (✓) |

MEMBROS SUPLENTE